



José Gabriel Ávila*
jgazores@gmail.com

Ultraperiferia: um trunfo fora do baralho

“A saúde e a mobilidade, cuja importância para residentes e turistas é cada vez maior devido ao envelhecimento populacional, deveriam também beneficiar de apoios do programa POSEI. Estes são setores que também envolvem a economia em geral. Como tal, os responsáveis regionais e europeus devem considerá-los”

O cinzento é a cor primária das Ilhas açorianas. Raúl Brandão que por aqui andou, entre junho e agosto de 1924 já o havia constatado em *As Ilhas desconhecidas*¹. No capítulo sobre “As Sete Cidades e as Furnas” escreve: *Há aqui, sobre tudo, um tom que eu quero notar, porque nunca o vi assim em parte alguma: o cinzento graduado até ao infinito, o cinzento destes dias de sol e névoa misturados, que só pertence aos Açores, onde a terra toma todas as nuances do cinzento, desde o cinzento roxo ao cinzento cor de chumbo, com cinzentos claros mais afastados.”*

E foram tão persistentes as *nuances do cinzento* que o escritor, após visitar todas as ilhas, confessou-se saturado dessas tonalidades: *“Devo dizer que já me cansa um pouco e que anseio por outra luz...”*

Os textos de Brandão, traduzem o incómodo interior de quantos vivem nestas ilhas e sentem o peso dos dias enevoados que só o são menos na época estival.

A humidade entranha-se em nós e persegue a nossa boa disposição, indo ao ponto de alterar comportamentos, estados de espírito e de gerar maleitas físicas que nos atormentam o dia-a-dia.

A neblina açoriana é parte constitutiva da nossa identidade, da nossa maneira de ser, da nossa música, da nossa cultura e até da diferença do falar português em Santa Maria, no Nordeste ou na Bretanha, na Terceira, nas Flores ou no Corvo.

Há um cinzento próprio de cada ilha, como nota Brandão. E há especificidades e potencialidades aqui, que o turismo começa a descobrir diferentes das continentais e madeirenses.

A tudo isto tem de se associar os inerentes constrangimentos resultantes do insulamento ou da insularidade que, no nosso caso se traduzem no conceito político de ultraperiferia.

A União Europeia consagrou nos tratados este estatuto (artigo 349º do TFUE), reconhecendo que nove regiões europeias devem ter um tratamento que preserve o carácter perene das suas especificidades e atenuem os seus constrangimentos.

Para fazer face a essas dificuldades, há *“medidas concebidas para dar resposta aos desafios que as Regiões Ultraperiféricas enfrentam devido ao afastamento geográfico, insularidade, pequena dimensão, topografia e clima difíceis e dependência económica de um pequeno número de produtos.”*²

Uma publicação recente do SREA, intitulada “Os Açores em números – 2017” demonstra claramente o atraso em que nos encontramos em áreas que afetam grandemente a nossas vidas.

A esperança de vida à nascença de um açoriano, por exemplo, era, em 2017, de 77,48 anos, enquanto no continente atingia os 80,78. Tem havido um acréscimo de ano para ano quer aqui, quer no continente, mas por aqui se demonstra as nossas carências ao nível da saúde e do bem-estar.

Relacionado com este problema está o índice de envelhecimento que ameaça galopantemente algumas ilhas e questiona as políticas de desenvolvimento harmónico e sustentado.



A média regional do índice de envelhecimento é de 89,3, mas quase duplica nas Flores (159,6), no Corvo (156,1) e no Pico (152,5).

Ao contrário, a densidade populacional na Região é de 105 habitantes por quilómetro quadrado. Todavia, atinge quase o despovoamento nas Flores (26 h/km²) no Pico (30,9 h/km²), - a segunda maior ilha do arquipélago -, enquanto em São Miguel (184,7 h/km²) e Terceira (138,7 h/km²) atinge valores superiores à média regional.

Há um concentracionismo económico preocupante que está a atrair sobretudo para São Miguel muitos quadros técnicos e jovens formados de outras ilhas. Para tal contribui a Universidade que, em 2017, teve inscritos no polo de Ponta Delgada 2308 alunos, e 460 alunos no polo de Angra do Heroísmo.

Os problemas relacionados com a saúde nas ilhas sem hospital pesam muito na hora em que os jovens casais e seus pais escolhem onde iniciar a vida.

Sabendo-se das dificuldades em recorrer a especialidades médicas em seis das nove ilhas esta é uma questão que conta muito. Sobretudo porque os dados de 2017 revelam que as doenças cardiovasculares e cérebro-vasculares são a primeira causa de morte (44,2% dos óbitos) e que logo a seguir, em crescimento, estão os tumores malignos (25,9%).

Outra questão, não menos importante é o aumento da inflação crescente. Entre 2014 e 2017 o IPC atingiu valores entre 0,26% e 1,94%, (apesar do nosso IVA ser mais baixo 5%), enquanto no continente foi de -0,28% em 2014 a 1,36% em 2017.

Se, como foi afirmado em outubro passado na Semana Europeia de Regiões e Cidades as “Regiões ultraperiféricas: [são] um trunfo para a Europa” importa que os Eurocratas em Bruxelas e os responsáveis políticos europeus tenham uma maior atenção e abertura para que rapidamente se quebre o fosso entre o continente europeu e as ilhas ultraperiféricas.

Não basta reconhecer que *as RUP possuem também potencialidades e trunfos únicos dos quais a União*

pode tirar partido. Representam a presença europeia em determinadas zonas estratégicas do globo e dispõem de características geográficas e geológicas excecionais que fazem delas laboratórios privilegiados para a investigação e a inovação em setores do futuro, como a biodiversidade e os ecossistemas terrestres e marinhos, a farmacologia, as energias renováveis e as ciências do espaço.

Não basta a Comissão Europeia propor *uma nova abordagem para uma resposta mais eficaz às necessidades específicas de cada uma das nove regiões ultraperiféricas da UE, [o que] permitirá ajudar estas regiões a criarem novas oportunidades para os seus habitantes, impulsionarem a competitividade e a inovação em setores como a agricultura, a pesca ou o turismo, e reforçarem a cooperação com os países vizinhos.*

A saúde e a mobilidade, cuja importância para residentes e turistas é cada vez maior devido ao envelhecimento populacional, deveriam também beneficiar de apoios do programa POSEI. Estes são setores que também envolvem a economia em geral. Como tal, os responsáveis regionais e europeus devem considerá-los, já que integram a nova vertente do turismo de saúde num destino mundialmente considerado de visita obrigatória.

Mais que a dimensão marítima que amplia consideravelmente a superfície e fronteira europeias, mais que o reconhecimento das potencialidades e belezas naturais, os Açores devem ser apoiados nos seus constrangimentos, como o são os habitantes da Europa central.

Só assim o projeto europeu terá futuro e a ultraperiferia espaços integrados e desenvolvidos.

*jornalista c.p. 239 A

¹ BRANDÃO, Raúl, *As Ilhas desconhecidas*, Editorial Comunicação, Lisboa, 1987, pag. 131-132.

² https://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/themes/outmost-regions/